



BR PARTNERS

BR Partners Holdco Participações S.A.

CNPJ/MF nº 18.377.554/0001-78

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da BR Partners Holdco Participações S.A. (Companhia) relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Política de distribuição de dividendos: A política de dividendos da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76. A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021		
Caixa e equivalentes de caixa	5	5	5	77.471	94.133	Passivos financeiros ao custo amortizado			6.744.701	1.959.047	
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado	6a	-	-	6.361.883	2.368.744	- Recursos de operações compromissadas	12	-	4.983.415	1.228.129	
- Títulos públicos		-	-	5.727.370	1.803.817	- Recursos de clientes	12	-	1.297.008	671.741	
- Títulos privados		-	-	445.733	325.438	- Recursos de emissão de títulos	12	-	459.930	59.177	
- Cotas de fundos de investimento		-	-	188.780	239.489	- Outros passivos financeiros		-	4.348	-	
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	6b	-	-	780.966	257.594	Instrumentos financeiros derivativos	7a	-	113.837	70.478	
- Títulos privados		-	-	746.216	230.759	Valores a pagar	14.858	63.792	94.687	192.709	
- Cotas de fundos de investimento		-	-	34.750	26.835	- Fornecedores	214	220	3.562	53.464	
Instrumentos financeiros derivativos	7a	-	-	267.367	149.852	- Outros valores a pagar	11	14.644	60.572	139.245	
						- Outros valores a pagar – arrendamento	11	-	30.553	-	
Ativos financeiros ao custo amortizado	8a	-	-	274.999	81.568	Impostos a recolher	83	35	15.217	7.202	
- Operações de crédito		-	-	237.537	56.823	Passivo fiscal corrente		-	34.596	40.801	
- Outros ativos financeiros ao custo amortizado		-	-	37.462	24.745	Passivo fiscal diferido	18b	-	76.016	53.084	
Outros ativos	8b	14.343	23.209	19.354	71.300	Total do passivo	14.941	63.827	7.079.054	2.323.321	
Dividendos a receber		2.720	21.278	-	-	Patrimônio líquido					
Tributos a recuperar		13	16	13.834	3.076	Capital social	13a	218.671	212.735	218.671	212.735
Pagamentos antecipados		-	-	3.311	6.704	Reservas de capital		71.625	68.230	71.625	68.230
Ativo fiscal diferido	18b	-	-	24.957	28.154	Reservas de lucros		82.214	51.820	82.214	51.820
Investimentos em controladas	10	365.935	350.246	-	-	Outros resultados abrangentes		(2.014)	(833)	(2.014)	(833)
Imobilizado		-	-	46.596	4.721	Ações em tesouraria		(2.421)	(1.025)	(2.421)	(1.025)
Intangíveis		-	-	14.673	5.360	Participação de não controladores		-	-	438.282	416.958
Total do ativo		383.016	394.754	7.885.411	3.071.206	Total do patrimônio líquido		368.075	330.927	806.357	747.885
						Total do passivo e patrimônio líquido		383.016	394.754	7.885.411	3.071.206

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores	Total
			Reserva legal	Outras reservas						
Em 31 de dezembro de 2020	80.817	68.233	3.553	22.153	-	-	166.025	147.089	313.114	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	63.300	63.300	-	63.300
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	(833)	-	(833)
Resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	-	-	63.300	62.467	-	62.467
Variação líquida na participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	269.869	269.869
Aumento de capital	132.118	-	-	-	-	-	132.118	-	-	132.118
Capital a realizar	(200)	-	-	-	-	-	(200)	-	-	(200)
Constituição de reservas	-	-	3.165	45.101	-	-	(48.266)	-	-	-
Deságio na alienação de ações em tesouraria	-	(1.123)	-	-	-	-	(1.123)	-	-	(1.123)
Empréstimo de ações	-	-	-	-	-	22.955	22.955	-	-	22.955
Atualização de empréstimo de ações	-	1.120	-	-	-	-	1.120	-	-	1.120
Aquisição de ações próprias	-	-	-	-	-	(15.249)	(15.249)	-	-	(15.249)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(15.034)	-	-	(15.034)
Dividendos de outros exercícios	-	-	-	(22.152)	-	-	(22.152)	-	-	(22.152)
Transações com acionistas e constituição de reservas	131.918	(3)	3.165	22.949	-	7.706	(63.300)	102.435	269.869	372.304
Em 31 de dezembro de 2021	212.735	68.230	6.718	45.102	(833)	(1.025)	330.927	416.958	747.885	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	63.093	63.093	-	63.093
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	(1.181)	-	(1.181)
Resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	-	-	63.093	61.912	-	61.912
Variação líquida na participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	21.324	21.324
Aumento de capital	5.936	-	-	-	-	-	5.936	-	-	5.936
Constituição de reservas	-	-	3.155	41.406	-	-	(44.561)	-	-	-
Ajustes reflexos de controladas	-	881	-	-	-	-	881	-	-	881
Atualização de empréstimo de ações	-	2.514	-	-	-	-	2.514	-	-	2.514
Aquisição de ações próprias	-	-	-	-	-	(1.396)	(1.396)	-	-	(1.396)
Dividendos antecipados	-	-	-	-	-	-	(18.532)	-	-	(18.532)
Dividendos de outros exercícios	-	-	-	(14.167)	-	-	(14.167)	-	-	(14.167)
Transações com acionistas e constituição de reservas	5.936	3.395	3.155	27.239	-	(1.396)	(63.093)	(6.232)	21.324	(3.440)
Em 31 de dezembro de 2022	218.671	71.625	9.873	72.341	(2.014)	(2.421)	368.075	438.282	806.357	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Fluxos de caixa de atividades operacionais					
Lucro líquido		63.093	63.300	63.093	136.074
Ajustes para:					
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		-	-	2.870	18.892
Perda por redução ao valor recuperável		-	-	(249)	(76)
Depreciações e amortizações		-	-	4.458	1.437
Impostos diferidos		-	-	26.129	14.182
Provisão para contingências		-	-	694	143
Resultado de participações em controladas	(66.934)	(65.884)	-	-	-
Outros ajustes		-	-	-	2
Lucro líquido/ (prejuízo) ajustado	(3.841)	(2.584)	96.995	170.654	
Variações em:					
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado		-	(3.993.139)	(1.828.395)	
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	(74.156)	
Ativos financeiros ao custo amortizado		-	-	(56.741)	
- Operações de crédito		-	-	(180.465)	
- Outros ativos financeiros ao custo amortizado		-	-	(17.729)	
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		-	-	(524.553)	
Tributos a recuperar	3	(16)	(10.758)	24.343	
Pagamentos antecipados		-	-	3.393	
Outros ativos	8.866	(23.209)	56.957	(71.298)	
Valores a pagar – Fornecedores	(6)	87	(49.902)	49.650	
Passivos financeiros ao custo amortizado		-	-	3.755.286	
- Recursos de operações compromissadas		-	-	419.962	
- Recursos de clientes		-	-	2.228.129	
- Recursos de emissão de títulos		-	-	625.267	
- Outros passivos financeiros		-	-	52.156	
Impostos a recolher	48	23	66.962	36.200	
Outros valores a pagar	(48.928)	14.971	(79.367)	87.655	
Caixa gerado (utilizado) nas atividades operacionais	(43.858)	(10.728)	79.892	(176.295)	
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(65.152)	(61.082)	
Caixa líquido gerado (utilizados nas) atividades operacionais	(43.858)	(10.728)	14.740	(227.377)	
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Aumento de investimento Companhia investida		(152.475)	-	-	
Dividendos recebidos	69.503	22.492	-	-	
Aquisição de imobilizado de uso		-	(45.669)	(3.526)	
Aquisição de intangível		-	(9.976)	(277)	
Caixa gerado (utilizado nas) atividades de investimento	69.503	(129.983)	(55.645)	(3.803)	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Recursos provenientes de emissão de ações	5.936	131.918	5.936	290.858	
Participação de não controladores no patrimônio		-	21.324	-	
Empréstimo de ações	2.514	22.955	3.395	22.955	
Recompra de ações	(1.396)	(15.249)	(1.396)	(15.249)	
Passivos de arrendamento		-	30.553	(1.463)	
Dividendos pagos	(32.699)	-	(32.699)	-	
Caixa gerado (utilizado nas) atividades de financiamento	(25.645)	139.624	27.113	297.101	
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	-	(1.087)	(13.792)	65.921	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	1.092	94.133	47.104	
Efeito das mudanças das taxas de câmbio sobre o caixa e equivalentes de caixa		-	(2.870)	(18.892)	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	5	77.471	94.133	
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	-	(1.087)	(13.792)	65.921	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receitas de juros e ganhos com instrumentos financeiros	70	69	3.427.169	2.063.752	
Despesas de juros e perdas com instrumentos financeiros	-	-	(3.264.642)	(1.946.912)	
Resultado líquido de juros e ganhos/(perdas) em instrumentos financeiros	15	70	69	162.527	
Receitas de prestação de serviços	14	-	-	251.046	
Despesas de serviços técnicos especializados	-	-	(32)	(12.569)	
Outras receitas	-	-	-	394	
Total de receitas de prestação de serviços	70	(32)	251.046	250.225	
Total de receitas	70	37	413.573	367.065	
Despesas de pessoal	-	-	(85.278)	(84.283)	
Despesas administrativas	16	(239)	(324)	(53.968)	
Despesas tributárias	17	-	(39.049)	(38.408)	
Reversão/(perda) por redução ao valor recuperável	-	-	249	76	
Outras receitas	-	-	831	-	
Outras despesas	(3.672)	(2.297)	(6.833)	(3.599)	
Despesas operacionais	(3.911)	(2.621)	(184.048)	(150.689)	
Resultado não operacional	-	(1)	(1.147)	105	
Resultado antes dos tributos sobre o lucro e resultados de equivalência patrimonial	(3.841)	(2.585)	228.378	216.481	
Resultado de equivalência patrimonial	10	66.934	65.885	-	
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	63.093	63.300	228.378	216.481	
Tributos sobre lucros	-	-	(85.119)	(80.407)	
Lucro líquido do exercício	63.093	63.300	143.259	136.074	
Atribuível a:					
Acionistas controladores			63.092	63.300	
Acionistas não controladores			80.167	72.774	
			143.259	136.074	
Número total de ações ordinárias (mil)			16.428.531	16.138.031	
Lucro por mil ações no final do exercício – R\$ mil			0,0087	0,0084	

</



BR PARTNERS

BR Partners Holdco Participações S.A.

CNPJ/MF nº 18.377.554/0001-78

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Destacamos as empresas controladas (diretas e indiretas) incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas:

Ramo de atividade	País	% Participação		
		Saldo em 2022	Saldo em 2021	
Controlada direta				
BR Advisory Partners Participações S.A.	Holding	Brasil	45,50	45,65
Controladas indiretas				
BR Partners Assessoria Financeira Ltda. (1)	Prestação de Serviços	Brasil	99,99	99,99
BR Partners Gestão de Recursos Ltda. (1)	Prestação de Serviços	Brasil	99,99	99,99
BR Partners Assessoria de Mercados de Capitais e Dívidas Ltda. (1)(4)	Prestação de Serviços	Brasil	-	99,99
BR Partners Participações Financeiras Ltda. (1)	Holding Financeira	Brasil	99,99	99,99
BR Partners Banco de Investimento S.A. (1)(3)	Banco de investimento	Brasil	99,99	99,99
BR Partners Europe B.V. (4)	Prestação de Serviços	Holanda	100	100
Fundos de investimento (2)				
Total Fundo de Investimento Multimercado				
Investimento no Exterior – Crédito Privado	Fundo de Investimento	Brasil	100	100
BR Partners Capital	Fundo de Investimento	Cayman	100	100

(1) Percentuais inferiores a 100% referem-se à participação da BR Partners Holdco Participações S.A. (Holding).

(2) Foram consolidados os fundos de investimento em que o Grupo assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios.

(3) A BR Partners Participações Ltda. é controladora direta do BR Partners Banco de Investimento S.A. e a BR Partners Assessoria Financeira Ltda. é controladora direta da BR Partners Europe B.V..

(4) Os eventos de incorporação/ aquisição realizado no Grupo está sendo apresentado na nota explicativa abaixo.

Reorganização societária e aquisições (eventos ocorridos nas controladas da BRAP S.A.)

Incorporação

Em 1 de junho de 2022, conforme Protocolo de Incorporação, a empresa BR Partners Assessoria Financeira Ltda. (incorporadora) adquiriu a totalidade das quotas da BR Partners Assessoria de Mercados de Capitais e Dívidas Ltda. (incorporada) e, posteriormente, realizou a incorporação dos respectivos ativos e passivos. A transação foi realizada pelo valor patrimonial da incorporada em 1 de junho de 2022, avaliado em R\$ 183 por meio de laudo de avaliação contábil. A aquisição financeira da transação ocorreu em 30 de junho de 2022.

Aquisições

A BR Partners Assessoria Financeira Ltda. realizou a aquisição por valor patrimonial da BR Partners Europe B.V., no valor de R\$ 7.353 milhões. Essa aquisição faz parte da estratégia de expansão do Grupo nas prestações de serviços de assessoria e consultoria financeira, particularmente em finanças corporativas, incluindo fusões, aquisições, vendas, incorporações, cisões, reestruturações societárias e outros. Em 29 de novembro de 2022, tendo sido verificado o cumprimento de todas as condições precedentes, incluindo a aprovação das autoridades reguladoras, foi concluída a aquisição de 100% do capital social da BR Partners Europe B.V..

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras da Companhia devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de sua controlada direta BR Advisory Partners Participações S.A., emitida em 9 de fevereiro de 2023, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, considerando que as bases de elaboração, divulgação e principais práticas contábeis são equivalentes e que os principais números e transações apresentados no consolidado advêm de suas controladas indiretas. As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas pela Administração em 28 de março de 2023.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia. As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado nas rubricas de "Receitas de juros e ganhos com instrumentos financeiros" ou "Despesas de juros e perdas com instrumentos financeiros". Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final de cada período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos nas demonstrações financeiras como receitas ou despesas de juros e ganhos em instrumentos financeiros. Para o investimento no exterior que possui moeda funcional diferente do real, os efeitos da conversão estão registrados no patrimônio líquido na rubrica de "Outros Resultados Abrangentes".

c. Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais do Grupo.

d. Demonstrações financeiras consolidadas

No processo de consolidação das demonstrações financeiras foram eliminadas as participações, os saldos das contas de ativo e passivo, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas não controladores.

3. Principais políticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósito bancário, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses a partir da data de aplicação, que são convertíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

b. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração

Para o CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, o Grupo realiza: (i) modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros; (ii) mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros; e (iii) requisitos sobre a contabilização de *hedge*, mantendo as principais orientações relacionadas ao reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do IAS 39.

Classificação e mensuração de ativos financeiros

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensuração pelo valor justo por meio de resultados ("VJR"), valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e custo amortizado. A classificação depende da análise realizada no modelo de negócio e o teste de Somente Pagamento de Principal e Juros ("SPPP").

Identificação e avaliação de Impairment

Modelo de perdas em créditos esperadas: O CPC 48/IFRS 9 exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros não classificados como VJR, com base em 12 meses ou por toda a vida da operação. Na avaliação do modelo de perdas em crédito esperadas, a Companhia adotou os critérios de *default* e aumento significativo de risco de crédito e levou em consideração seu procedimento atual de provisão para perdas esperadas, as características de risco de crédito das operações, seus segmentos de atuação e dos clientes, sua taxa histórica de inadimplência, estimativas futuras de perdas e indicadores de crescimento aplicáveis à área da atuação da Companhia. Para o critério de *default* a Companhia adota 90 dias de atraso, quanto ao critério de aumento significativo de nível de risco, a Companhia considera o diferencial de dois pontos para cima entre a classificação inicial de nível de risco da operação e a avaliação de nível de risco atual. Esse diferencial pode ser dado pela avaliação do *rating* do cliente pela Área de Crédito com a posterior aprovação em Comitê de Crédito. A Companhia avalia o perfil de risco de cada cliente sempre levando em consideração os seguintes tópicos, entre outros aspectos: i) perfil da empresa; ii) setor de atuação; iii) desempenho econômico; e iv) estrutura da operação e suas garantias.

c. Instrumentos financeiros derivativos e Hedge Accounting

Derivativos

A utilização dos derivativos está de acordo com sua Política de Gestão de Riscos. Essas operações são registradas e custodiadas na B3 S.A.. A área de gestão de riscos monitora diariamente o enquadramento do Grupo aos parâmetros definidos na Política de Riscos. Essa política tem como objetivo estabelecer as tolerâncias do Comitê de Gestão do Grupo BR Partners às exposições ao risco de mercado, definir as técnicas para efetivamente gerenciar, mitigar e prevenir a exposição excessiva ao risco de mercado. O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado com base nos preços de mercado dos seus ativos-objetos (*mark-to-market*). Diariamente são verificadas as oscilações das variáveis de mercado que influenciam no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, e são incorporadas automaticamente em seu valor. As informações utilizadas são de fontes oficiais e a metodologia de apuração respeita o que foi aprovado internamente pela Diretoria e área de riscos. As operações atualmente têm como objetivo compensar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos e são contabilizadas pelo valor justo em contas patrimoniais, com os ganhos e as perdas realizadas e não realizadas reconhecidas no resultado do exercício. Os valores dos contratos ou valores referenciais são registrados em contas de compensação.

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As operações que utilizam instrumentos financeiros para *hedge* de carteira, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor justo, com os ganhos e as perdas, realizados e não realizados, reconhecidos diretamente no resultado.

Hedge Accounting

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para fins de *Hedge Accounting* estão registrados no Banco, classificado como *Hedge* de valor justo, baseado na estratégia de mitigar riscos de taxas de juros das captações, operando com contratos futuros de DI e DAP, como forma de compensar as exposições às variações no valor justo. Os riscos protegidos e os seus limites são definidos em comitê. O Banco determina a relação entre os instrumentos e objetos de *hedge* de forma que se espere que o valor de mercado desses instrumentos esteja em sentidos opostos e nas mesmas proporções. O índice de *hedge* estabelecido é sempre de 100% do risco protegido. As operações de *hedge* foram avaliadas como efetivas, cuja comprovação da efetividade do *hedge* corresponde ao intervalo de 80% a 125%.

Para avaliar a eficácia da estratégia, o Grupo adota a metodologia do "*dollar offset method*", que consiste em calcular a diferença entre a variação do valor justo do instrumento de *hedge* versus a variação no valor justo do objeto de *hedge* atribuído às alterações na taxa de juros.

O Grupo mantém estrutura de *hedge* de valor justo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, conforme evidenciado na nota explicativa 7b.

d. Passivos financeiros

Os passivos são demonstrados pelos fluxos de caixa conhecidos ou calculáveis, deduzido das correspondentes despesas a apropriar e acrescido dos encargos e variações monetárias (em base "pro-rata") e cambiais incorridos até a data de encerramento do balanço.

e. Tributos sobre lucros

As despesas de tributos sobre lucros compreendem o imposto de renda ("IRPJ") e contribuição social ("CSLL") correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Para a Controladora e demais empresas exceto o BR Partners Banco de Investimento S.A. e BR Partners Gestão de Recursos Ltda., o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Para o Banco a provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício; a provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 20% sobre o lucro tributável. Em 14 de julho de 2021 foi promulgada a Lei 14.183, que alterou a Lei 7.689/88, para majorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro, passando a vigorar com alíquota de 25% até o dia 31 de dezembro de 2021. Em 28 de abril de 2022, foi publicada a Medida Provisória nº 1.115, convertida na Lei nº 14.446, para majorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido devida pelos Bancos, passando de 20% para 21%, com efeito até 31 de dezembro de 2022.

Para a Gestão de Recursos utiliza-se o método do lucro presumido para o cálculo do imposto de renda e da contribuição social, aplicando as taxas nominais sobre o lucro presumido apurado com base em suas receitas operacionais e sobre suas receitas financeiras, sendo 32% de presunção de lucro, 15% para imposto de renda, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 60 por trimestre e 9% para a contribuição social, respectivamente.

Os encargos do imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor na data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos e prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Os créditos tributários sobre diferenças temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

f. Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro

A ICPC 22/IFRIC 23 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (IAS 32 – *Income Taxes*) ("CPC 32/ IAS 12") quando houver incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro.

g. Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados conforme segue:

Ativos contingentes: é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão sob controle total do Grupo. Não haverá registro de ativos contingentes nos livros contábeis do Grupo.

Passivos contingentes: são constituídos levando em conta, a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais. Sempre que a perda for avaliada como provável o Grupo provisiona a integralidade do processo, para perda avaliada como possível, apresenta-os em nota explicativa, e para perda avaliada como remoto, não há divulgação nas demonstrações financeiras.

Obrigações legais – fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

h. Arrendamento

O Grupo adotou o CPC 06(R2)/IFRS 16 – arrendamento utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial foi reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019. Conforme CPC 06(R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um determinado período em troca de contraprestação. Assim, a Companhia passa a reconhecer os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os imóveis e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de pagar o arrendamento de tais imóveis.

i. Capital social

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas têm prioridade sobre as ações ordinárias no reembolso do capital, em caso de liquidação, até o valor do capital representado por essas ações preferenciais e o direito de receber um dividendo mínimo obrigatório de acordo com as diretrizes do Estatuto Social da Companhia, bem como pela Lei 6.404/76.

j. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

k. Receita de contrato com cliente

Para as receitas de contrato com o cliente é utilizado o CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com os clientes, usando o método de efeito cumulativo (sem expediente prático). Essa norma estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita deve ser reconhecida, substituindo o CPC 30/IAS 18 Receitas. A Companhia avaliou seus contratos com clientes. A Companhia não identificou obrigações de execução distintas relevantes nas prestações de serviços e concluiu não haver impacto significativo para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. O reconhecimento de receita ocorre no momento que o serviço é concluído e entregue ao cliente, geralmente por ocasião da conclusão dos trabalhos.

Reconhecimento de receitas com prestação de serviços

A receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços bem como o atingimento das obrigações por desempenho estabelecidos em contrato. Determinar o momento da transferência de controle – em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo.

Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes:

Tipo de serviço	Natureza e época do cumprimento das obrigações de desempenho	Política de reconhecimento da receita
Comissão, estruturação e colocação de títulos – <i>Treasury Sales & Structuring</i>	Comissão sobre colocação e intermediação de títulos no mercado e por diversos tipos de serviços financeiros. Atua na estruturação e distribuição de produtos financeiros desenvolvidos especificamente de acordo com as necessidades de cada cliente.	A receita é reconhecida em um momento específico do tempo, no momento da colocação do título, por meio de taxas e percentuais de comissão contratuais, sendo também estipulado em contrato a data de pagamento.
Administração e gestão de ativos	A BR Partners assessora seus clientes no processo de gestão de ativos e administração de carteiras de fundos.	O reconhecimento da receita se dá ao longo do tempo, pelo recebimento mensal de taxas de gestão cobrados pelo serviço prestado.
Assessoria e consultoria financeira – <i>Investment Banking</i>	A BR Partners oferece serviços de consultoria financeira e estratégica relacionada a fusões e aquisições, captação de recursos, parcerias estratégicas, <i>joint ventures</i> e reestruturação societária.	O reconhecimento da receita se dá, em um momento específico do tempo, quando há o atingimento das obrigações por desempenho estabelecidos em contrato. Reconhecimento da receita se dá ao longo do tempo, pelas obrigações firmadas em contrato, na assessoria financeira e apoio na reestruturação dos negócios.

I. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente e as informações sobre o julgamento são revisadas anualmente pelas áreas da Administração.

Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da controladora e suas controladas em continuarem operando normalmente e está convencida de que essas possuem recursos para dar continuidade os seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras em CPC/IFRS foram preparadas com base nesse princípio.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em nossas demonstrações financeiras consolidadas consistem, principalmente, em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, incluindo derivativos e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O valor justo de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Os instrumentos financeiros são categorizados dentro de uma hierarquia com base no nível mais baixo de informação, que é significativo para a mensuração do valor justo. Para instrumentos classificados como Nível 3, utilizamos nosso próprio julgamento para chegar na mensuração do valor justo.

Baseamos as nossas decisões de julgamento no nosso conhecimento e observações dos mercados relevantes para os ativos e passivos individuais e esses julgamentos podem variar com base nas condições de mercado. Ao aplicar o nosso julgamento, analisamos uma série de preços e volumes de transação de terceiros para entender e avaliar a extensão das referências de mercado disponíveis e julgamento ou modelagem necessária em processos com terceiros. Com base nesses fatores, determinamos se os valores justos são observáveis em mercados ativos ou se os mercados estão inativos. A imprecisão na estimativa de informações de mercado não observáveis pode impactar o valor da receita ou perda registrada para uma determinada posição. Além disso, embora acreditemos que nossos métodos de avaliação sejam apropriados e consistentes com aqueles de outros participantes do mercado, o uso de metodologias ou premissas diferentes para determinar o valor justo de certos instrumentos financeiros pode resultar em uma estimativa de valor justo diferente na data de divulgação.

Ativos fiscais diferidos

Os créditos tributários sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de

continua ...





BR PARTNERS

BR Partners Holdco Participações S.A.

CNPJ/MF nº 18.377.554/0001-78

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração nas projeções de lucros futuros e determinação da expectativa do tempo de realização.

Redução ao valor recuperável do ágio ("impairment")

O Grupo avalia se o valor contábil corrente do ágio sofreu redução ao seu valor recuperável, pelo menos uma vez ao ano. O primeiro passo do processo exige a identificação de unidades geradoras de caixa ("UGCs") independentes e a alocação de ágio para essas unidades.

A modelagem econômico-financeira foi conduzida de forma a demonstrar sua capacidade de geração de caixa estimada no período considerado sob plenas condições operacionais e administrativas, com as seguintes premissas:

- O fluxo de caixa livre foi projetado analiticamente para um período de 8 anos e considerada a perpetuidade após 2027, com crescimento nominal de 5,7%;
- Para o período anual, foi considerado o ano fiscal de 1 de janeiro até 31 de dezembro;

- Para o cálculo do valor presente, foi considerada a convenção de meio ano (*mid-year Convention*) ou seja, considera-se que os fluxos de caixa são gerados linearmente ao longo do ano e que, portanto, a metade do ano (*mind-year point*) é aquele que melhor representa o ponto médio de geração de caixa da Companhia; e

- O fluxo foi projetado em moeda corrente e o valor presente calculado com taxa de desconto nominal (considerado a inflação).

A taxa de desconto foi calculada pela metodologia *Capital Asset Pricing Model* ("CAPM"), na qual o custo de capital é estimado com base no retorno estimado exigido pelos acionistas da Companhia.

O cálculo do valor operacional é a partir do fluxo de caixa dos dividendos projetados para os próximos 8 anos e do valor residual do Banco a partir de então (considerando uma taxa de crescimento na perpetuidade "g" de 6,5%), descontados estes valores a valor presente, utilizando a taxa de desconto nominal. O valor recuperável de uma Unidade Geradora de Caixa é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros para um período de 8 anos e perpetuidade.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou o teste anual de *impairment* da sua UGC e não apurou perdas sobre os valores contabilizados.

Passivos contingentes

As provisões são revisadas regularmente e são constituídas levando em conta, a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais. Sempre que a perda for avaliada como provável o Grupo provisiona a integralidade do processo.

4. Gerenciamento de risco

No curso normal de suas operações, o Grupo é exposto a diversos riscos financeiros, sendo divididos em: mercado, crédito, liquidez e gestão de capital. As políticas de gestão de risco do Grupo visam definir um conjunto de princípios, diretrizes e responsabilidades que norteiam as atividades pertinentes ao gerenciamento de riscos, alinhado com a estratégia de negócios das empresas que fazem parte do Grupo BR Partners. Esses riscos contam com uma estrutura de políticas e com os seguintes comitês: Comitê de Risco e Compliance, Comitê de Crédito, Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) e Comitê de Underwriting, observando-se as suas responsabilidades e atribuições. Para a efetividade do gerenciamento de risco, a estrutura prevê a identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e a correlação entre os riscos. Os limites são monitorados pela área de Gestão de Riscos. A área Gestão de Riscos se reporta diretamente à Diretoria, atuando, portanto, de forma independente das áreas de negócio.

a. Limites operacionais

A Gestão de Capital é exercida pela Administração do Grupo BR Partners e visa assegurar que a análise da suficiência do capital (índice de basileia) seja feita de maneira independente e técnica, levando em consideração os riscos existentes e os inseridos no planejamento estratégico. As empresas que compõem o Conglomerado Prudencial do Grupo BR Partners são: BR Partners Banco de Investimento S.A. ("Banco") e pelos fundos de investimento exclusivos, Total Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior – Crédito Privado ("Total FIM") e BR Partners Capital ("BR Capital").

Consolidado	Saldo em 2022	Saldo em 2021
Patrimônio de referência	663.360	632.783
Patrimônio de referência nível I	663.360	632.783
Capital principal	663.360	632.783
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	2.727.479	1.834.927
Risco de Crédito	1.316.057	874.706
Risco de Mercado	1.172.206	850.558
Risco Operacional	239.216	109.663
Índice de Basileia	24,32%	34,49%
Nível I (IN1)	24,32%	34,49%
Capital principal (ICP)	24,32%	34,49%

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os limites estão enquadrados de acordo com o mínimo requerido pelo Banco Central do Brasil.

b. Risco de Mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas devido às flutuações adversas dos preços, taxas de mercado, ações e mercadorias ("commodities"), sobre as posições da carteira do Grupo. Define-se o gerenciamento de risco de mercado como o processo contínuo de identificação, mensuração, avaliação, mitigação, monitoramento e o reporte das exposições decorrentes de posições detidas em câmbio, taxas de juros, ações e mercadorias ("commodities"), com o objetivo de mantê-las dentro dos limites regulatórios e gerenciais que são estabelecidos nos respectivos comitês e reportado à Diretoria. São utilizadas as principais métricas usuais de mercado como: VaR ("Value at Risk"), análise de sensibilidade e *Stress Testing*. O IRRBB ("*Interest Rate Risk of Banking Book*") é definido como o risco de impacto, na forma de movimentos adversos, nos instrumentos que a instituição detenha na carteira *banking*. Os riscos da carteira *banking* são apurados e reportados mensalmente através da metodologia Delta NII, conforme estabelecido pelo regulador e diariamente é controlado seu limite através das abordagens de valor econômico ("*Economic Value of Equity*" – EVE), além da análise de sensibilidade, tanto em condições de monitoramento diário quanto sob condições de *Stress Testing*. A análise de sensibilidade para as operações sujeitas a risco de mercado inicia-se classificando estas operações de acordo com suas características (respectivos fatores de Risco), na carteira de não negociação ("*Banking*") ou na carteira de negociação ("*Trading*"). Para a carteira *Trading*, utiliza-se como metodologia para análise de sensibilidade o choque paralelo nas respectivas curvas de juros ("DV01"), observando-se o comportamento das exposições e os gaps de cada fator de risco. A carteira de não negociação caracteriza-se preponderantemente pelas operações provenientes do negócio bancário e relacionadas à gestão dos ativos (carteira de crédito) e passivos (carteira de captação) do Grupo. A carteira *Banking* utiliza como metodologia para análise de sensibilidade o choque paralelo nas respectivas curvas de juros, observando-se o comportamento das exposições e os gaps de cada fator de risco.

c. Risco de crédito

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, a desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A mensuração e o acompanhamento das exposições ao risco de crédito abrangem todos os instrumentos financeiros capazes de gerar risco de contraparte, tais como títulos privados, derivativos, garantias prestadas, eventuais riscos de liquidação das operações, entre outros. O Grupo avaliou que o risco de crédito dos ativos financeiros não aumentou significativamente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, com relação aos contratos com cliente.

d. Risco de liquidez

Define-se como risco de liquidez a possibilidade do Grupo não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Adicionalmente, define-se como risco de liquidez a possibilidade de o Grupo não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. Os controles de risco de liquidez visam identificar quais

seriam os impactos no caixa do Grupo dado a aplicação de cenários adversos na condição de liquidez. Estes impactos levam em consideração tanto fatores internos do Grupo quanto fatores externos. O caixa do Grupo é gerenciado de forma centralizada pela área de Tesouraria. O controle do risco de liquidez no Grupo BR Partners é realizado pela área de Riscos e pelo ALCO por meio de ferramentas como o Plano de Contingência de Risco de Liquidez, o RML (Reserva Mínima de Liquidez), o controle de esgotamento do caixa, a avaliação diária das operações com prazo inferior a 90 (noventa) dias e a aplicação de cenários de *stress* nas condições de liquidez do Grupo.

e. Risco cambial

O Grupo está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, majoritariamente com relação ao Dólar dos Estados Unidos e ao Euro. O risco cambial decorre, principalmente, de operações futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, se o Real tivesse variado em 10% em relação ao Dólar ou ao Euro, sendo mantidas todas as outras variáveis constantes, o lucro líquido do período não apresentaria nenhuma variação significativa em Reais, em decorrência da exposição líquida não significativa.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Controladora	Saldo em	
	2022	2021
Bancos – Conta corrente e caixa (1)	1	1
Aplicações financeiras (2)	4	4
Total	5	5

Consolidado	Saldo em	
	2022	2021
Bancos – Conta corrente e caixa (1)	6	3.608
Reservas livres	570	1.387
Disponibilidades em moedas estrangeiras (1)	48.376	60.287
Aplicações em compromissadas (2)	28.519	28.851
Total	77.471	94.133

(1) Os saldos de recursos em bancos são registrados pelos valores depositados no Banco Itaú S.A., JP Morgan Chase N.Y., JP Morgan Chase Frankfurt e Bradesco Cayman.

(2) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as aplicações compromissadas estavam com data de revenda para o dia 3 de janeiro de 2023 e 3 de janeiro de 2022, respectivamente.

6. Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Consolidado	Valor de mercado/contábil	
	Saldo em 2022	Saldo em 2021
Títulos públicos (1)	5.727.370	1.803.817
- Letras financeiras do tesouro (LFT)	229.326	131.611
- Letras do tesouro nacional (LTN)	-	49.982
- Notas do tesouro nacional (NTN-B)	5.498.044	1.622.224
Títulos privados	445.733	325.438
- Certificados de recebíveis imobiliários (2)	257.652	260.126
- Certificados de recebíveis do agronegócio (3)	52.967	15.823
- Debêntures (7)	135.114	49.489
Cotas de fundos de investimento	188.780	239.489
- Cotas de fundos de investimento imobiliário	57.407	125.332
- BR Partners Outlet Premium Fundo de Investimento em Participações (4)	75.947	75.333
- Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios (5)	39.714	26.834
- BR Partners Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado	15.712	11.990
Total	6.361.883	2.368.744

b. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Consolidado	Valor de mercado/contábil	
	Saldo em 2022	Saldo em 2021
Títulos privados	746.216	230.759
- Certificados de recebíveis imobiliários (2)	419.527	147.589
- Certificados de recebíveis do agronegócio (3)	30.746	83.170
- Cédula do produto rural (6)	49.704	-
- Debêntures (7)	212.721	-
- Notas comerciais	33.518	-
Cotas de fundos de investimento	34.750	26.835
- Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios (5)	34.750	26.835
Total	780.966	257.594

(1) Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia ("SELIC") do Banco Central do Brasil, cujo valor de mercado foi calculado através dos preços divulgados pela ANBIMA.

(2) Os Certificados de Recebíveis Imobiliários são classificados como Valor Justo por meio do Resultado ("VJR") ou Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA") e estão registrados na Central de Custódia e de Liquidação Financeiras de Títulos (B3 S.A.), cuja valorização é efetuada por IPCA ou CDI + taxa de juros prefixadas.

(3) Os Certificados de Recebíveis do Agronegócio são classificados como Valor Justo por meio do Resultado ("VJR") ou Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA") e estão na Central de Custódia e de Liquidação Financeiras de Títulos (B3 S.A.), cuja valorização é efetuada por IPCA ou CDI + taxa de juros prefixadas.

(4) A carteira do BR Partners Outlet Premium Fundo de Investimento em Participações é composta substancialmente por ações da BR Partners Bahia Empreendimentos Imobiliários S.A., BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A., BR Partners Investimentos Imobiliários S.A., BR Partners Outlet Brasília S.A. e BR Partners Outlet Premium Fortaleza S.A.. Os valores das aplicações foram apurados e contabilizados com base em valor justo, mediante emissão de laudo técnico em fevereiro de 2022.

(5) As cotas de fundos de investimento em direitos creditórios são classificadas como Valor Justo por meio do Resultado ("VJR") ou Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"), e reconhecidos inicialmente a valor justo.

(6) As Cédulas de Produto Rural classificadas como Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"), são reconhecidos inicialmente a valor justo e os ganhos e perdas são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes". Esses títulos privados são registrados e custodiados na B3 S.A., e sua valorização está atrelada ao CDI.

(7) As debêntures estão registradas na B3 S.A. e estão classificadas ao Valor Justo por meio do Resultado ("VJR") e Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"), sendo remuneradas a 100% do IPCA ou CDI + cupom de juros.

7. Instrumentos financeiros derivativos – Consolidado

a. Composição por indexador

	Saldo em 2022			
	Ativo		Passivo	
	Valor a receber	Valor nominal	Valor a pagar	Valor nominal
Swap	241.819	5.270.428	(66.790)	1.485.811
IPCA x CDI	17.881	150.000	-	-
CDI x Dólar	59.964	505.074	(9.008)	116.208
CDI x IPCA	163.554	4.503.889	(23.724)	844.603
Dólar x CDI	-	-	(26.814)	200.000
CDI x CDI	420	111.465	-	-
Pré x CDI	-	-	(7.244)	325.000
NDF	15.053	748.518	(32.497)	1.369.038
Dólar x Pré	3.726	316.489	(26.485)	978.845
Pré x Dólar	11.327	432.029	(5.071)	365.396
Pré x Euro	-	-	(941)	24.797
Opções	1.657	160.360	(2.762)	130.568
Compra de opção de compra	1.015	85.253	-	-
Compra de opção de venda	642	75.107	-	-

	Saldo em 2022			
	Ativo		Passivo	
	Valor a receber	Valor nominal	Valor a pagar	Valor nominal
Venda de opção de compra	-	-	(2.000)	100.882
Venda de opção de venda	-	-	(762)	29.686
Futuros	8.838	1.299.673	(11.788)	1.972.351
Posição comprada	962	1.033.756	(904)	518.682
DAP	85	267.359	(202)	327.227
DDI	106	13.950	-	-
DI1	771	752.447	-	79.274
DOL	-	-	(702)	112.181
Posição vendida	7.876	265.917	(10.884)	1.453.669
DAP	5	67.791	(113)	83.461
DDI	1.165	186.438	(4.563)	558.658
DI1	-	-	(107)	183.322
WDO	73	11.688	(14)	18.634
DOL	-	-	(5.026)	609.594
Commodities	6.333	-	(1.061)	-
Total	267.367	7.478.979	(113.837)	4.957.768

	Saldo em 2021			
	Ativo		Passivo	
	Valor a receber	Valor nominal	Valor a pagar	Valor nominal
Swap	87.253	2.450.047	(11.357)	685.791
IPCA x CDI	14.982	150.000	-	-
CDI x Dólar	29.759	466.637	(1.056)	40.791
CDI x IPCA	40.110	1.633.410	(10.301)	645.000
Dólar x CDI	2.402	200.000	-	-
11.024	1.001.991	(21.566)	868.053	
Dólar x Pré	10.176	205.976	(10.745)	706.901
Pré x Dólar	13.149	731.046	(10.449)	141.022
Commodities	17.699	64.969	(372)	20.130
Futuros	21.575	(308.431)	(37.555)	748.104
Posição comprada	853	714.387	(17.851)	1.475.414
DAP	304	293.648	(433)	363.140
DDI	-	-	(5.691)	276.751
DI1	532	263.466	(8)	225.295
WDO	-	-	(11.719)	610.228
DOL	17	157.273	-	-
Posição vendida	20.722	(1.022.818)	(19.704)	(727.310)
DAP	-	-	(54)	(22.329)
DDI	5.646	(271.803)	-	-
DI1	7	(4.725)	(5)	(621.654)
WDO	1	(1.292)	-	-
DOL	15.068	(744.998)	-	-
Commodities	-	-	(19.645)	(83.327)
Total	149.852	3.143.607	(70.478)	2.301.948

As garantias dadas nas operações de instrumentos financeiros derivativos junto à B3 S.A., são representadas por títulos públicos federais e totalizam R\$ 235.401 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 99.947 em 31 de dezembro de 2021), registradas como vinculadas à prestação de garantias.

b. Derivativos designados como contabilidade de hedge

Estratégia	Saldo em 2022			
	Objetos de Hedge		Instrumentos de Hedge (1)	
	Valor contábil (Passivo)	Valor justo (Passivo)	Variação no valor justo reconhecida no resultado (acumulado) (3)	Valor nominal
Risco de taxa de juros				
Hedge de Captações (2)				
Captações prefixadas	146.234	146.636	2.598	121.457
Captações pós-fixadas	178.049	176.635	2.414	178.049
Total	324.283	323.271	5.012	299.506

Estratégia	Saldo em 2021			
	Objetos de Hedge		Instrumentos de Hedge (1)	
	Valor contábil (Passivo)	Valor justo (Passivo)	Variação no valor justo reconhecida no resultado (acumulado) (3)	Valor nominal
Risco de taxa de juros				
Hedge de Captações (2)				
Captações prefixadas	88.215	86.961	1.254	86.241
Captações pós-fixadas	88.215	86.961	1.254	86.241
Total	88.215	86.961	1.254	86.241

(1) O Grupo utiliza contratos futuros de DI e DAP, negociados na B3 S.A., como instrumento de proteção relacionado ao risco de taxa de juros das capta



BR Partners Holdco Participações S.A.

CNPJ/MF nº 18.377.554/0001-78

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Transações com partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas abaixo foram efetuadas em termos equivalentes aos que prevalecem em transações entre partes independentes.

Controladora	Coligadas e controladas	
	Saldo em 2022	Saldo em 2021
Ativo/(Passivo)		
Valores a receber	17.064	44.485
Certificado de depósitos bancários (5)	4	4
Dividendos a pagar (6)	–	(15.034)
Obrigações por aquisição de bens e direitos (7)	(14.644)	(28.070)
Total	2.424	1.385
Resultado		
Receita de juros (5)	69	69
Total	69	69

Controladora	Coligadas e controladas (2)		Pessoal chave da Administração (3)	
	Saldo em 2022	Saldo em 2021	Saldo em 2022	Saldo em 2021
Ativo/(Passivo)				
Valores a receber	–	–	14.343	23.207
Cotas de fundos em participações (8)	91.660	87.323	–	–
Certificado de depósito bancários (9)	(9.716)	(9.821)	(1.051)	(505)
Letras de crédito imobiliário (10)	–	–	(9.680)	(5.774)
Letras de crédito do agronegócio	–	–	(3.590)	–
Dividendos a pagar sociedades ligadas (6)	–	–	–	–
Obrigações por aquisição de bens e direitos (7)	(14.445)	(28.070)	–	–
Total	67.499	34.398	22	16.928
Resultado				
Receita/(despesas) de aplicação em fundo de investimento (8)	2.080	2.701	–	–
Despesas de juros (9)	(1.566)	(439)	(1.427)	(352)
Total	514	2.262	(1.427)	(352)

- (1) BR Partners Holdco Participações S.A.
 (2) Demais empresas do Grupo BR Partners, BR Partners Outlet Premium Fundo de Investimento em Participações e BR Partners Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado.
 (3) Membros do Conselho de Administração e Diretoria.
 (4) Representado por captações realizadas pelo BR Partners Banco de Investimento S.A., com vencimento em até 8 de dezembro de 2025 à taxa variável de 100% a 115% do DI.
 (5) Representado por captações realizadas pelo BR Partners Banco de Investimento S.A., com vencimento em até 9 de maio de 2028 à taxa variável entre 94% a 100% do DI + 1% a.a..
 (6) Representado por captações realizadas pelo BR Partners Banco de Investimento S.A., com vencimento em até 22 de agosto de 2023 à taxa variável de 94% a 100% do DI.
 As taxas de remuneração acima apresentadas, referem-se às operações existentes em 31 de dezembro de 2022.

a. Remuneração do pessoal-chave

Consolidado	Saldo em 2022	Saldo em 2021
Pró-labore	18.345	3.478
Encargos sociais	3.669	696
Total	22.014	4.174

O pessoal-chave da Administração é representado pela diretoria estatutária e diretoria regida pela Consolidação das Leis do Trabalho ("CLT") da Companhia que, além dos dividendos decorrentes de suas participações na BR Partners Holdco Participações S.A., recebem uma remuneração pelos serviços prestados na Companhia, que é registrada em Despesas Administrativas.

b. Outras partes relacionadas

No consolidado, além das empresas apresentadas na nota explicativa 10, acrescentamos: BR Partners Bahia Empreendimentos Imobiliários S.A., BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A., BR Partners Investimentos Imobiliários S.A., BR Partners Outlet Brasília S.A. e BR Partners Outlet Premium Fortaleza S.A., que são investimentos que compõem a carteira do BR Partners Outlet Premium Fundo de Investimento em Participações gerido pela BR Partners Gestão de Recursos Ltda.. Adicionalmente, o BR Partners Pet S.A. e BR Partners Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado também são considerados como parte relacionada no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.

c. Outras informações

São consideradas como partes relacionadas:
 • Diretores e membros dos conselhos administrativos da Companhia, bem como os respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau; e
 • Pessoas físicas ou jurídicas que possuam participação superior a 10% do capital social na Companhia.

10. Investimentos em controladas

i. Controladas diretas

• BR Advisory Partners Participações S.A. (Nota 1)

	Saldo em 2022	Saldo em 2021
Saldo inicial investimento	350.246	146.655
Incorporação/aquisição de investimento	–	32.681
Varição na participação relativa	881	120.843
Dividendos a receber	(50.945)	(14.985)
Resultado de equivalência patrimonial	66.934	65.885
Ajuste de avaliação patrimonial	(1.181)	(833)
Saldo final	365.935	350.246

ii. Controladas indiretas

• BR Partners Assessoria Financeira Ltda.

Empresa prestadora de serviços de assessoria e consultoria financeira, particularmente em finanças corporativas, incluindo fusões, aquisições, vendas, incorporações, cisões, reestruturações societárias e demais operações de intermediação de participações societárias, dentro e fora do território nacional, e a participação no capital de outras sociedades de qualquer natureza, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia ou quotista.

• BR Partners Gestão de Recursos Ltda.

Prestadora de serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários e de gestão de recursos de terceiros, a atuação nos mercados financeiros e de capitais como gestor ou administrador de fundos de investimento em geral, nos termos da regulamentação aplicável e a participação em outras sociedades como sócia, quotista ou acionista, no Brasil e no exterior, quaisquer que sejam seus objetos.

• BR Partners Participações Financeiras Ltda.

Empresa detentora de participações societárias no BR Partners Banco de Investimento S.A., na qualidade de sócia, acionista ou quotista.

• BR Partners Europe B.V.

Empresa com sede em Amsterdam, Holanda, cujo objeto social são atividades de consultoria em gestão empresarial.

• BR Partners Banco de Investimento S.A.

O Banco BR Partners tem por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes à carteira de investimento e câmbio.

O Banco BR Partners é constituído sob a forma de sociedade por ações e domiciliado no Brasil, sendo controlado diretamente pela BR Partners Participações Financeiras Ltda. e indiretamente pela Companhia, holding do Grupo.

iii. Fundos de investimento ("Fundos exclusivos")

• Total Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior – Crédito Privado ("Total FIM")

O Total FIM foi constituído em 29 de dezembro de 2010 sob a forma de condomínio aberto, iniciou suas atividades em 10 de janeiro de 2011, com prazo indeterminado de duração. Destina-se, exclusivamente, a receber investimentos de seu único cotista, o Banco BR Partners, investidor qualificado e tem por objetivo proporcionar ao seu cotista, rentabilidade por meio das oportunidades oferecidas pelos mercados de taxa de juros pós-fixadas e prefixadas, índices de preço, moeda estrangeira, renda variável e derivativos, de forma que o Total FIM fique exposto a vários fatores de risco, sem o compromisso de concentração em nenhum fator especial. Trata-se de um fundo exclusivo da Companhia.

• BR Partners Capital ("BR Capital")

O BR Capital é um fundo domiciliado nas Ilhas Cayman, administrado pelo Banco Bradesco S.A., com prazo indeterminado de duração, cuja estratégia

de investimento é obter rentabilidade em títulos e valores mobiliários, incluindo ações e títulos de dívida, moedas, opções, futuros e outros derivativos, com foco no mercado brasileiro. Trata-se de um fundo exclusivo da Companhia.

11. Outros valores a pagar

	Controladora		Consolidado	
	Saldo em 2022	Saldo em 2021	Saldo em 2022	Saldo em 2021
Obrigação com manutenção de ações em tesouraria (1)	14.644	47.866	14.644	47.866
Passivo de arrendamento	–	–	30.554	–
Dividendos a pagar (2)	–	15.034	–	32.981
Obrigação por aquisição de cotas (3)	–	672	–	672
Provisão a pagar despesas de pessoal	–	–	43.818	54.685
Provisão para contingência	–	–	1.478	1.468
Valores a pagar clientes	–	–	–	635
Provisão para garantias de fianças prestadas	–	–	53	373
Resultado de exercício futuro	–	–	273	565

12. Passivos financeiros

Depósitos, Captações de recursos e obrigações por empréstimos e repasses

Consolidado	Até 3 meses		4 a 12 meses		1 a 3 anos		Acima de 3 anos		Saldo em 2022	Saldo em 2021
	Saldo em 2022	Saldo em 2021	Saldo em 2022	Saldo em 2021	Saldo em 2022	Saldo em 2021	Saldo em 2022	Saldo em 2021		
Recursos de clientes										
- Depósitos a Prazo (1)	251.678	691.161	–	–	223.468	–	–	–	1.166.307	671.744
- Depósitos Interfinanceiros	130.705	–	–	–	–	–	–	–	130.705	–
Recursos de operações compromissadas										
- Captações no mercado aberto (2)	4.983.415	–	–	–	–	–	–	–	4.983.415	1.228.129
Recursos de emissão de títulos										
- Letras de Crédito Imobiliário (3)	126.327	26.867	–	–	36.639	3.679	–	–	193.511	59.177
- Letras de Crédito do Agronegócio (4)	46.601	1.652	–	–	–	–	–	–	48.253	–
- Letras Financeiras (5)	–	–	35.804	–	182.361	–	–	–	218.166	–
Total	5.538.726	755.484	442.468	3.679	6.740.357	1.959.050	–	–	1.959.050	755.484

(1) Para os Certificados de Depósito Bancário ("CDB") prefixado, a taxa de remuneração está entre 5,73% a 14,77% a.a. e para os CDB pós-fixado a taxa de remuneração é de 100% a 140% do DI, 100% DI + 0,68% a 1,61% a.a. e IPCA + 0,37% e 7,91% a.a..
 (2) Para as operações compromissadas atreladas aos títulos públicos (NTN-B) a taxa de remuneração é de 13,65% a.a. e para os títulos privados (Debêntures, "CRI" e "CRA") a taxa de remuneração está entre 93% do DI.
 (3) Para as Letras de Crédito Imobiliário ("LCI") pós-fixadas, a taxa de remuneração está entre 89% a 100% do DI e IPCA + 5,49% e 6,10% a.a..
 (4) Para as Letras de Crédito do Agronegócio ("LCA") pós-fixadas, a taxa de remuneração está entre 92% a 100% do DI.
 (5) Para as Letras Financeira ("LF") prefixado, a taxa de remuneração está entre 12,88% a 14,16% a.a., e para as LF pós-fixado a taxa de remuneração está entre 100% do DI + 1,17% a 1,76% e 100% do IPCA + 5,30% e 6,69% a.a..
 As taxas de remuneração acima apresentadas, referem-se às operações existentes em 31 de dezembro de 2022.

13. Patrimônio líquido

a. Capital social

Na Companhia, o capital social totalmente subscrito e integralizado é representado por 16.428.531.221 (dezesseis bilhões quatrocentos e vinte e oito milhões quinhentos e trinta e um mil duzentos e vinte e um) ações nominativas e sem valor nominal, totalizando o montante de R\$ 218.671 em 2022. Em 2021, o capital social da Companhia era de R\$ 212.735, representado por 16.138.031.116 (dezesseis bilhões, cento e trinta e oito milhões, trinta e um mil, cento e dezesseis) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

b. Reserva de lucros

A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Outras reservas de lucros referem-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

c. Dividendos

Os acionistas terão direito a um dividendo mínimo obrigatório não cumulativo correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme definido no Artigo 191 da Lei das Sociedades por Ações, diminuído ou acrescido dos valores previstos no inciso I do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e observadas as disposições do inciso II e III do mesmo artigo, conforme aplicável.

A distribuição do dividendo mínimo não será obrigatória no exercício social em que o Conselho de Administração informar aos acionistas, com exposição justificada e aprovada por unanimidade, ser ela incompatível com a situação financeira da Companhia, caso em que poderá ser distribuída parcela do lucro líquido ou aprovada a sua retenção como reserva, conforme o caso. Os lucros que deixarem de ser distribuídos na forma deste parágrafo serão pagos assim que o permitir a situação financeira da Companhia, aplicando-se as disposições do artigo 202, § 5º da Lei das Sociedades por Ações.

Do lucro líquido de 2022 foram deduzidas: (i) parcela de reserva legal no montante de R\$ 3.155 (R\$3.165 em 2021); (ii) parcela para formação de reservas registrada em "Outras reservas", no montante de R\$ 41.406 (R\$ 45.101 em 2021); (iii) destinados dividendos aos acionistas no montante de R\$ 18.532 (R\$15.034 em 2021).

14. Receitas de prestação de serviços

A receita de serviços prestados está substancialmente representada por serviços de consultoria econômica e financeira e de comissões de intermediação de Títulos e Valores Mobiliários pelas empresas do Grupo, conforme relacionadas abaixo:

Consolidado	Saldo em 2022	Saldo em 2021
Controlada indireta		
BR Partners Banco de Investimento S.A.		
- Comissões e intermediação e estruturação de títulos	39.221	23.930
BR Partners Assessoria Financeira Ltda.		
- Assessoria e consultoria financeira no país	206.173	231.468
BR Partners Gestão de Recursos Ltda.		
- Gestão de recursos de terceiros	5.415	3.077
- Intermediação de negócios	237	3.925
Receitas de prestação de serviços	251.046	262.400

15. Resultado líquido de juros e ganhos/(perdas) em instrumentos financeiros

A receita de serviços prestados está substancialmente representada por serviços de consultoria econômica e financeira e de comissões de intermediação de Títulos e Valores Mobiliários pelas empresas do Grupo, conforme relacionadas abaixo:

Consolidado	Saldo em 2022	Saldo em 2021
Controlada indireta		
BR Partners Banco de Investimento S.A.		
Receitas de juros – Aplicações em títulos de renda fixa	70	69
Resultado líquido de juros e ganhos/(perdas) em instrumentos financeiros	70	69
Consolidado	Saldo em 2022	Saldo em 2021
Receitas de juros	–	–
- Rendas de operações de crédito e outros créditos	19.925	4.076
- Descontos concedidos	–	(387)
- Rendas de garantias prestadas	679	1.634
Ativos financeiros		
- Ao valor justo por meio do resultado	663.813	291.782
Total de receitas de juros	684.417	297.105
Despesas de juros	–	–
- Despesas de captação	(529.160)	(60.250)
- Ajuste positivo de valor de mercado – captação (Objeto de Hedge)	3.757	1.254
Ativos financeiros		
- Ao valor justo por meio do resultado	(63.080)	(28.459)
Total de despesas de juros	(588.553)	(87.455)
Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira	Saldo em 2022	Saldo em 2021
Rendias de câmbio	118.428	67.873
Despesas de câmbio	(142.971)	(44.964)
Total	(24.543)	22.909

Outros valores

Controladora	Consolidado	
	Saldo em 2022	Saldo em 2021
Total	14.644	63.572
Consolidado	Saldo em 2022	Saldo em 2021
Outros valores	–	305
Total	14.644	63.572

- (1) Refere-se a aquisição de ações ao valor pós-fixado de ex-acionistas da Companhia, com vencimentos semestrais até 31 de dezembro de 2023, corrigidas por 98% do CDI.
 (2) Trata-se dos dividendos mínimos obrigatórios apurados de acordo com o estatuto social da Companhia, representando 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei 6.404/76.
 (3) Refere-se a aquisição de cotas ao valor pós-fixado de ex-cotistas da BR Partners Holdco Participações Ltda. (incorporada pela Companhia), com vencimentos semestrais até 30 de junho de 2022, corrigidas por 98% do CDI.
 As taxas de remuneração acima apresentadas, referem-se às operações existentes em 31 de dezembro de 2022.

Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Saldo em 2022	Saldo em 2021
Rendias em operações com derivativos	2.559.745	1.696.630
TVM – ajuste positivo ao valor de mercado	65.443	503
Despesas em operações com derivativos	(2.225.854)	(1.668.942)
TVM – ajuste negativo ao valor de mercado	(308.198)	(143.910)
Total	91.136	(115.719)

Resultado líquido de juros e ganhos/(perdas) em instrumentos financeiros

16. Despesas administrativas

Controladora	Saldo em 2022	Saldo em 2021
Despesas de publicações	190	279
Despesas tributárias	15	–
Despesas de serviços de terceiros	32	32
Outros	2	13
Total	239	324

Consolidado

Despesas administrativas no exterior (2)	Saldo em 2022	Saldo em 2021
Despesas de processamento de dados	7.046	5.344
Despesas de serviços do sistema financeiro	7.352	2.153
Despesas de promoções e relações públicas	1.627	2.609
Despesas com amortização e depreciação	4.458	3.069
Despesas tributárias	1.775	1.822
Despesas de comunicações	3.466	2.146
Despesas de alugueis	3.126	1.763
Despesas de propaganda e publicidade	1.725	804
Despesas de serviços de terceiros	15.192	1.832
Despesas de viagem	1.579	1.079
Despesas de condomínio	1.635	638
Despesas de manutenção e conservação de bens	423	382
Despesas de água, energia e gás	316	350
Despesas de serviços de segurança e vigilância	174	178
Despesas de transportes	175	111
Despesas de material	283	209
Outras despesas	3.156	



BR Partners Holdco Participações S.A.

CNPJ/MF nº 18.377.554/0001-78

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em 2020	Consti- tuição em 2021	Reali- zação (Baixa) em 2021	Saldo em 2021
Consolidado				
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	16.034 (12.974)		3.060
Total de ativo fiscal diferido	12.470	37.519 (21.835)		28.154
Obrigações fiscais diferidas sobre ajuste a valor justo de ativos financeiros	23.218	34.200 (4.334)		53.084
Total de passivos diferidos	23.218	34.200 (4.334)		53.084
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	(10.748)	3.319 (17.501)		(24.930)

A Administração, em avaliação inicial não identificou impactos relevantes em relação a majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

devida pelas instituições financeiras, conforme a Medida Provisória 1.115/22. Com base nas projeções de resultados, a Administração entende que irá auferir resultados tributáveis para absorver os créditos tributários registrados conforme demonstrado a seguir:

	Expectativa de realização		Valor presente	
	Saldo em 2022	Saldo em 2021	Saldo em 2022	Saldo em 2021
Consolidado				
2022	-	23.649	-	21.571
2023	18.964	3.084	16.914	2.566
2024	3.222	98	2.562	74
2025	147	587	104	406
A partir de 2026	2.624	736	1.112	302
Total	24.957	28.154	20.692	24.919

O valor presente dos créditos tributários foi calculado considerando a taxa média do DI 0,9581% ao mês em 2022 (0,7691% em 2021).

O imposto de renda e contribuição social diferido, ativo e passivo, estão compensados no balanço patrimonial por entidade tributável. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

O montante de crédito tributário não registrado em 31 de dezembro de 2022 foi de Prejuízo Fiscal R\$ 11.684 (R\$ 9.801 em 31 de dezembro de 2021) e base negativa R\$ 4.472 (R\$ 3.596 em 31 de dezembro de 2021), os quais serão registrados quando apresentarem efetiva perspectiva de realização.

A Diretoria

Hideo Antonio Kawassaki – Contador – CRC 1SP 184.007/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e aos Administradores da

BR Partners Holdco Participações S.A. – São Paulo-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BR Partners Holdco Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da BR Partners Holdco Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para

planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2023.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 014.428/O-6

André Dala Pola
Contador
CRC 1SP 214.007/O-2

www.brpartners.com.br



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.ri.estadao.com.br/publicacoes/>